

Lógica da Intriga

A menos de dois meses da campanha eleitoral é flagrante a exacerbação das críticas ao presidente da República, panfletariamente transfigurado pelos desafiantes em aliado da seca, cúmplice dos malefícios da globalização e promotor do desemprego e do déficit público.

A caricatura não se sustenta em face da preferência popular por Fernando Henrique confirmada nas pesquisas. Mas reflete o acirramento do ânimo dos adversários: quanto mais perto as eleições, maior a tentação pelas técnicas da oposição desleal e demagógica.

Cada segmento que se julga prejudicado pela reformas – funcionários, aposentados e demais aliados da inflação – engrossa o coro dos descontentes. A racionalidade econômica cede lugar à paixão ideológica. Divergências doutrinárias se traduzem em invectivas e objurgatórios. Insultos e infâmias se sucedem em ressonância.

Preso por ter cachorro, preso por não ter cachorro. No fundo, a cilada é forçar o presidente a entrar na campanha antes da hora, para depois impugnar a precipitação indevida. Pouco importa se a tática de espetar banderilhas amarra os banderilheiros ao papel de coadjuvantes do principal protagonista.

A primeira vítima desse clima de torcida organizada e linchamento é a verdade. Tome-se a grave questão do déficit público. Ele anda em 6,53% do PIB, não porque o presidente seja de índole gastadora (muito pelo contrário), mas porque a Constituição de 1988 é a mãe de todas as provisões em seu distributivismo não financeiro.

O secretário executivo do Ministério da Fa-

zenda, Pedro Parente, formulou a questão de forma cristalina: a mesma Constituição que encarrega o governo de equilibrar o orçamento, fixa regras que aumentam os gastos com a aposentadoria do serviço público e do setor privado. Além de tornar universal o direito aos serviços de saúde e assegurar gratuidade à educação básica e ao ensino superior.

Não se diz como será possível conciliar o dever do equilíbrio orçamentário com essa generosa irresponsabilidade. Questão que não apaixona quem não tem responsabilidade política. Mas se o presidente deixar de pagar as despesas previstas na Constituição pode ser processado por crime de responsabilidade. E como não deseja a volta da inflação, a solução é o ajuste fiscal e a reforma do Estado.

A deslealdade da oposição consiste em negar demagogicamente a responsabilidade coletiva por este descontrole – atribuindo-a às intenções malévolas do bode expiatório de plantão. Joga na tradicional tendência da sociedade em aceitar apenas o sacrifício do vizinho.

Pedro Parente acerta na mosca quando deixa claro que a demagogia é apenas possível porque a sociedade brasileira – que já se conscientizou do problema da inflação – ainda não se deu conta da mecânica e da gravidade do déficit público. Mais: não conseguiu perceber que os dois problemas estão indissoluvelmente ligados.

A estabilidade só ganhará sustentabilidade quando o perigo da inflação for definitivamente afastado. Isso só será possível se a sociedade como um todo entender a importância e compartilhar os sacrifícios do combate ao déficit público.